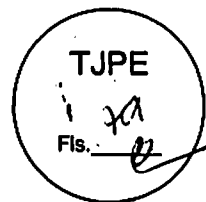




Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



2ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL 542-96.2013.8.17.1300 (335227-6)

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAESb
APELANTE: JOSIANE SOUZA SILVA
APELADA: ARUANA SEGUROS S. A.

EMENTA: APELAÇÃO. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. INDENIZAÇÃO. SEGURO DPVAT. MORTE DE CÔNJUGE. ACIDENTE OCORRIDO APÓS A ENTRADA EM VIGOR DA LEI Nº 11.482/2007. INDENIZAÇÃO NO VALOR FIXO DE R\$ 13.500,00 E NÃO DE QUARENTA SALÁRIOS MÍNIMOS. PRESUNÇÃO DE CONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS. LIMINAR EM ADI. SUSPENSÃO DOS INCIDENTES DE INCONSTITUCIONALIDADE, MAS NÃO DOS FEITOS EM QUE APLICÁVEL A LEI QUESTIONADA. APELO DENEGADO.

- No seguro DPVAT, somente se cogita do pagamento da indenização em salários mínimos quando o acidente tiver ocorrido antes da entrada em vigor da Lei 11.482/07; tendo acontecido depois, como no caso destes autos, não há que se falar em aplicação da redação original da Lei 6.194/74.

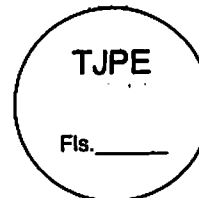
- As leis gozam de presunção de constitucionalidade e não podem ter sua aplicabilidade suprimida sem que haja decisão específica a este respeito.

- Não há que se falar em suspensão de todas as ações em que se cogite da aplicação da Lei 11.482/07, mas apenas dos incidentes de inconstitucionalidade nos quais se questione a referida norma, conforme assentado em liminar proferida nos autos da ADI 4.627.

- Recurso a que se nega provimento.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, **ACORDAM** os Senhores Desembargadores integrantes deste órgão fracionário, em **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso, de conformidade com o Termo de Julgamento e votos que integram o julgado.

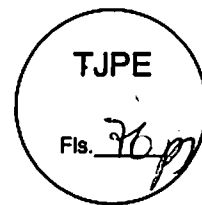
Sala de Sessões,

Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



2ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL 542-96.2013.8.17.1300 (335227-6)

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES

APELANTE: JOSIANE SOUZA SILVA

APELADA: ARUANA SEGUROS S. A.

R E L A T Ó R I O

Cuida-se de recurso interposto contra sentença (fls. 49/52) que julgou improcedente Ação de Cobrança de Saldo de Seguro DPVAT, entendendo que a gradação indenizatória feita pela seguradora não merecia reparos, pois teria seguido a tabela constante da regulamentação legal aplicável à espécie.

O juiz condenou o autor ao pagamento das custas e de honorários advocatícios, estes arbitrados em R\$ 500,00 (quinhentos reais), observado, neste ponto, o disposto no art. 12¹ da Lei 1.060/50, diante da gratuidade de justiça deferida nos autos.

Cumpre registrar que o cônjuge da autora faleceu em acidente automobilístico, ocorrido em 02/03/2013, pelo que ela recebeu administrativamente a quantia de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) (fl. 13).

¹ Art. 12. A parte beneficiada pela isenção do pagamento das custas ficará obrigada a pagá-las, desde que possa fazê-lo sem prejuízo do sustento próprio ou da família. Se, dentro de 5 (cinco) anos, a contar da sentença final, o assistido não puder satisfazer tal pagamento, a obrigação ficará prescrita. puder satisfazer tal pagamento, a obrigação ficará prescrita.

10



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fls. _____

Em suas razões recursais (fls. 57/61), a Apelante requer a complementação do valor recebido, de modo que atinja quarenta salários mínimos vigentes, quantia esta prevista para o caso de morte no art. 3º, "a", da Lei 6.194/74, antes da modificação implementada pela Lei 11.482/07, a qual seria inconstitucional.

Destarte, caso esta Câmara não entenda pela procedência do pedido, a Apelante pugna seja sobrestado o feito até o julgamento final da ADI 4.627, na qual se discute a constitucionalidade da referida Lei 11.482/07, tudo conforme determinado pelo seu Relator, Ministro Luiz Fux.

Instada a contra-arrazoar o recurso, a Apelada, em suma, requesta a manutenção do julgado por seus próprios fundamentos (fls. 64/68).

É o relatório.

Diante da desnecessidade de revisão, eis que tramitou sob o rito sumário, remeta-se o feito diretamente à pauta, nos termos do art. 76, parágrafo único², do Regimento Interno do TJPE.

Recife,

[Assinatura]
Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

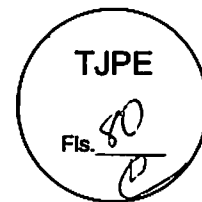
Relator

² Art. 76. (...)

Parágrafo Único - Nos recursos interpostos nas causas de procedimento sumário, de despejo e nos casos de indeferimento liminar de petição, não haverá revisor.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



2ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL 542-96.2013.8.17.1300 (335227-6)

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES

APELANTE: JOSIANE SOUZA SILVA

APELADA: ARUANA SEGUROS S. A.

P 22

V O T O

Tratam os autos de discussão quanto à obrigação da Apelada indenizar a Apelante, a título de complementação de seguro DPVAT, ensejada pela morte de seu cônjuge, decorrente de acidente de trânsito.

Com efeito, a divergência entre o que defende a Apelante e o que restou definido na sentença é quanto à aplicabilidade do valor fixo definido pela Lei 11.482/07 para o caso de morte: o *decisum* recorrido confirma o acerto da indenização administrativa no importe de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), enquanto a Recorrente afirma que a quantia correta seria de quarenta salários mínimos.

Sem maiores rodeios, entendo não assistir razão à Apelante, em face de tudo quanto consta da própria legislação de regência, bem como da jurisprudência uníssona do C. STJ.

Com efeito, no seguro DPVAT, somente se cogita do pagamento da indenização em salários mínimos quando o acidente tiver ocorrido antes da entrada em vigor da Lei 11.482/07, em 31/05/2007; tendo acontecido depois (02/03/2013, fl. 12), como no caso destes autos, não há que se falar em aplicação da redação original da Lei 6.194/74.

Os seguintes arestos bem ilustram a hipótese, senão vejamos (grifos nossos):



.....

AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO (ARTIGO 544 DO CPC). DECISÃO MONOCRÁTICA QUE MANTEVE A INADMISSÃO DO RECURSO ESPECIAL, ANTE A INCIDÊNCIA DA SÚMULA 83/STJ.

1. Violação do artigo 535 do CPC não configurada. Acórdão local que enfrentou todos os aspectos essenciais à lide.

2. Aferição do grau de invalidez permanente para fixação da indenização referente ao seguro DPVAT. Da leitura conjugada dos artigos 3º e 5º da Lei 6.194/74, infere-se que o legislador estabeleceu apenas o limite máximo do valor da indenização por invalidez permanente, correspondente a 40 salários mínimos, na legislação anterior, e até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), na redação dada pela Lei 11.482/2007, o que justifica a necessidade de que as lesões sejam quantificadas pelo instituto médico legal competente, para que se possa apurar o grau de incapacidade do segurado, fixando-se, em razão da extensão das lesões por ele sofridas, a respectiva compensação indenizatória.

Precedentes do STJ.

3. Agravo regimental desprovido, com aplicação de multa.

(AgRg no AREsp 119.835/MT, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 12/06/2012, DJe 18/06/2012)

.....

SEGURO. DPVAT. INDENIZAÇÃO. LEI N. 11.482/2007. CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL.

1. No caso de acidente ocorrido na vigência da Lei n. 11.482/2007, a indenização relativa ao seguro DPVAT deve corresponder a R\$ 13.500, 00, de acordo com os percentuais previstos na tabela de condições gerais de seguro de acidente suplementada.

2. A correção monetária sobre dívida por ato ilícito incide a partir do efetivo prejuízo (Súmula n. 43/STJ).

3. Agravo regimental provido em parte para se conhecer do recurso especial e dar-lhe parcial provimento.

(AgRg no Ag 1290721/GO, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, QUARTA TURMA, julgado em 07/06/2011, DJe 14/06/2011)

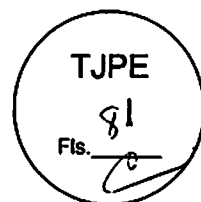
.....

E nem se alegue que o feito deve ser sobrestado até que haja decisão final na ADI 4.627, na qual se discute a constitucionalidade da Lei 11.482/07.

Ora, as leis gozam de presunção de constitucionalidade e não podem ter sua aplicabilidade suprimida sem que haja decisão específica a este respeito, o que não ocorreu na referida ADI.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



De fato, o que restou determinado liminarmente naquela Ação Direta de Inconstitucionalidade foi "o sobrestamento dos incidentes de inconstitucionalidade, que tramitam perante os Tribunais de Justiça estaduais, em que são questionados os mesmos dispositivos legais impugnados nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade n. 4.350 e n. 4.627"¹, até o julgamento final das citadas ações pelo Plenário do V. STF.

Assim sendo, não há que se falar em suspensão de todas as ações em que se cogite da aplicação da Lei 11.482/07, mas apenas dos incidentes de inconstitucionalidade nos quais se questione a referida norma, devendo as primeiras seguir seu curso regular até decisão final.

Destarte, a Apelante faz jus ao recebimento de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), valor que já lhe foi pago administrativamente, não havendo que se falar em complementação.

Ante tudo quanto aqui exposto, **NEGO PROVIMENTO** ao apelo, mantendo a sentença em todos os seus termos.

É como voto.

Recife,

Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

Relator

¹ Decisão encontrada em: <http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?incidente=4104380>